

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,  
REALIZADA NO DIA VINTE NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO. -**

-----  
--- Aos vinte e nove dias mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EQUIVALÊNCIA DE TAXAS PREVISTAS NO ACTUAL REGULAMENTO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE TAXAS E COMPENSAÇÕES – LEI NÚMERO SESSENTA/DOIS MIL E SETE DE QUATRO DE SETEMBRO. -----

--- **Três**–DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PSD NA COMISSÃO DE TOPONÍMIA, EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA MARIA HELENA GASPAR DA FONSECA. -----

--- **Quatro**–DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTARÉM, EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA ANA CRISTINA SARAMAGO, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTIGO DEZASSETE, DA LEI CENTO E QUARENTA E SETE/NOVENTA E NOVE, DE UM DE SETEMBRO. -----

--- **Cinco**–APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecra Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves

Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Carlos Manuel Luís Catalão, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha. --

--- **Presidentes de Junta:** -----

--- Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos António Marçal (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), João Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea). -----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- José Ilídio da Fonseca Freire – Presidente de Junta de Freguesia de Abitureiras, Luís Manuel Madeira Mena Esteves – Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima e

Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros  
--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Carla Patrícia Lopes Neto (PSD), Catarina Fernandes Garcia Correia (PSD), Idália Maria Marques de Menezes Salvador Serrão Moniz (PS), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), Luís Filipe Piedade Valente (PSD).-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Luís Manuel da Graça Batista, Ramiro José Jerónimo de Matos, Lígia Corujo Reis Batalha, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves. -----

--- Ausências:-----

--- Manuel António dos Santos Afonso, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Submeteu, de imediato, a discussão e votação as Actas números dezoito/dois mil e sete e dezanove/dois mil e sete, tendo sido **aprovadas por maioria (com uma abstenção) e por unanimidade**, respectivamente. -----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da ordem do Dia**, usando da palavra o senhor **Carlos Beja**, Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, que referiu haver muitas expectativas, por parte da população, relativamente à criação da empresa municipal “Águas de Santarém”, querendo saber se já foi elaborado algum plano de intervenção para definir prioridades assim como o ponto de situação dos projectos que se encontram no âmbito da CULT.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Luís Almeida** que salientou em relação ao encerramento da esquadra da PSP de Fátima que vieram para Santarém alguns agentes da polícia. -----

--- Lamentou a ausência respostas, por parte do executivo Municipal, aos pedidos de

informação apresentados pelos eleitos do Partido Socialista, situação que, em seu entender, tem vindo a ser compactuada pelo senhor Presidente da Assembleia. -----

--- Historiou um pouco daquilo que se tem passado relativamente ao CNEMA e que deu origem a um debate sobre o CNEMA que culminou com a aprovação de uma proposta a qual previa um prazo de noventa dias para serem apresentadas a esta Assembleia o resultado das negociações havidas, o que até agora não aconteceu.-----

--- Destacou que o senhor Presidente da Assembleia tem a obrigação de fazer respeitar este órgão de modo a que, num futuro próximo, o PS não tenha que pedir a sua demissão do cargo que exerce. -----

--- Depois, interveio o senhor **Vicente Batalha** que referiu que José Niza foi homenageado, por iniciativa do Centro Cultural Regional de Santarém e do Grupo de Guitarra e Canto de Coimbra. José Niza foi Presidente desta Assembleia Municipal e por isso se justifica esta referência e congratulação no órgão a que presidiu. Não é costume homenagear os vivos, mas essa, em seu entender, devia ser a regra. Sublinhou que o semanário “O Mirante” elogiava José Niza, elogiava também outros dois ribatejanos, orgulho de Santarém e do País: Joaquim Veríssimo Serrão, historiador, Presidente da Academia Portuguesa de História, e José Saramago, escritor, que Santarém devia homenagear, fazendo aqui eco de tal objectivo. -----

--- Realçou que, no anterior mandato, esta Assembleia, então presidida por José Miguel Noras deliberou, por unanimidade, atribuir o nome do Professor Veríssimo Serrão à rua do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários, por ocasião do seu octogésimo aniversário. Até à data nada se concretizou, sublinhando que este ilustre escalabitano irá completar oitenta e três anos de vida a oito de Julho próximo, considerando que esta atribuição poderia enquadrar-se num programa de homenagem.-----

--- Salientou que o escritor José Saramago, já com nome numa rua da cidade, foi distinguido, em mil novecentos e noventa e oito, com o Prémio Nobel da Literatura. Natural da Azinhaga, concelho da Golegã, onde nasceu a dezasseis de Novembro de mil novecentos e vinte e dois, ficaria bem, segundo referiu, à Capital de Distrito e do

Ribatejo homenagear o escritor.-----

--- Lembrou ainda que, também no anterior mandato, a Assembleia aprovou, por unanimidade, uma proposta da sua autoria para a Câmara elaborar um “Regulamento das Distingções Honoríficas”, que não tinha e continua a não ter. Foram louvados, conteúdo e oportunidade, da proposta. Afirmou tratar-se de mera coincidência, mas o concelho acabara de viver as ondas de choque da recusa da Medalha de Ouro a Leonardo Ribeiro de Almeida e a Joaquim Martinho da Silva.-----

--- Prosseguiu, o Município dispõe apenas do Regulamento da Medalha de Ouro da Cidade. De fora, fica todo um conjunto de situações que, por ausência de enquadramento, não são distinguidas. Durante anos, o título “Scalabitano Ilustre”, sem carácter oficial, colmatava em parte a lacuna que, segundo julga, poucos municípios têm. Destacou que a Câmara nunca cumpriu a recomendação e, apesar das suas insistências, aos costumes disse nada. Se gratidão e reconhecimento, são humanas e gradas características das sociedades civilizadas, a existência do Regulamento de Distingções Honoríficas, honraria o Município e a sua gestão política, concluiu. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Nuno Serra** que se congratulou com o visto do Tribunal de Contas que permite à Câmara concretizar a antecipação de receitas da EDP, e deste modo resolver muitas das dívidas a fornecedores, dando uma nova credibilidade ao Município de Santarém, considerando que se devem felicitar todas as forças políticas que acreditaram nesta operação de financiamento. -----

--- Considerou que talvez o autor da Lei que tem criado bastantes constrangimentos às autarquias, que agora também é Presidente de Câmara, perceba as dificuldades porque passam os municípios e que efectivamente as coisas possam mudar.-----

--- Concluiu, referindo que o PSD confia inteiramente no senhor Presidente da Assembleia e que ele tudo tem feito para cumprir ao mais alto nível as suas funções.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Francisco Madeira Lopes** que se referiu à apresentação do estudo sobre as fontes poluidoras do Alviela o qual dá um relevo significativo à poluição resultante de explorações agro-pecuárias. Contudo, em seu

entender, não se pode comparar a poluição pecuária com outro tipo de poluição química, altamente venenosa, proveniente de metais pesados, designadamente o crómio e o cádmio que não são devidamente tratados pela ETAR de Alcanena, questionando qual posição do executivo sobre estes novos dados. -----

--- Interveio, a seguir, a senhora **Dunia Palma** que solicitou esclarecimentos sobre o fundo de desenvolvimento regional e parcerias público-privada podem salvar a reabilitação urbana. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, à senhora **Ana Marta Rodrigues** que agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Vaqueiros a documentação enviada sobre a despoluição do Alviela, lamentando não ter podido participar na reunião que teve lugar no passado dia vinte e dois, sobre este tema. -----

--- Destacou que o documento em causa refere que as insuficiências de funcionamento da ETAR de Alcanena e as fontes agro-pecuárias são as principais responsáveis pelos níveis de poluição do Alviela. -----

--- Considerou importante que seja prestada informação sobre as condições de funcionamento das ETARs existentes no concelho, querendo saber se as de Amiais de Baixo, Vale de Santarém e Pernes cumprem a legislação em vigor quanto às descargas efectuadas no domínio hídrico. -----

--- Questionou se não será altura da Câmara Municipal de Santarém assegurar o correcto funcionamento destas ETARs de modo a não contribuir mais para a poluição da bacia hidrográfica do Rio Tejo. -----

--- Interveio, a seguir, a senhora **Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que perguntou se poderá ter alguma esperança relativamente à verba para a aquisição de uma carrinha para transporte escolar colectivo. -----

--- Alertou para a necessidade de serem construídos passeios em frente da sede da APPACDM no Vale de Santarém, salientando que recentemente ocorreu ali um acidente grave com um funcionário daquela instituição. -----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **João Leite** que se referiu à realização da

segunda reunião do Conselho Municipal de Juventude que teve uma participação significativa por parte dos jovens tendo sido debatidos assuntos de grande interesse, designadamente a criação de uma agência para a juventude e a semana de juventude. ----

--- Apelou aos senhores Presidentes de Junta para incentivarem os jovens das suas freguesias a participarem nas reuniões deste Conselho de Juventude.-----

--- Tomou, depois, a palavra a senhora **Alecta Ferreira**, Primeira Secretária da Mesa, que informou que nos dias seis e sete de Março irá realizar-se no CNEMA o Congresso Municipal da Educação, felicitando o Executivo por esta iniciativa. -----

--- Deu conta da forma como irão decorrer os trabalhos, chamando a atenção para o segundo painel onde irá ser debatido o ante-projecto do Plano Estratégico para a Educação do Município, que considerou ser um documento de grande importância, não apenas porque permite construir uma visão de um conjunto de políticas de desenvolvimento, como permite também uma transparência e via de diálogo importante.

--- O Plano Estratégico, segundo referiu, é um documento que está em construção em consonância com o Plano Estratégico para o desenvolvimento do Concelho e, sobretudo, permite preparar-nos para o cruzamento dos diplomas que são a transferência de competências na área da educação para os municípios e, por outro lado, para o novo diploma para a gestão escolar.-----

--- Considerou que o problema não se resume apenas à transferência de verbas financeiras é essencial, em seu entender, que os serviços municipais se preparem efectivamente quer em termos teóricos quer em termos organizacionais para desempenhar com qualidade a missão de que são responsabilizados. Acresce que os representantes dos municípios não podem ser vistos na Escola como intrusos, eles têm de ganhar legitimidade e essa legitimada ganha-se num acompanhamento que se faz, numa presença que se tem e num compromisso que se assume. -----

--- Concluiu, apelando à participação de todos no referido Congresso Municipal de Educação. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Eugénio Pisco** que sublinhou a intervenção

da senhora Alecta Ferreira no tocante aos diplomas sobre a gestão escolar e a transferência de competências para os municípios na área da educação.-----

--- Referiu que a transferência de pessoal não docente do ensino básico e da educação pré-escolar representa a vinda de duzentos e cinquenta funcionários do Ministério de Educação para o Município de Santarém, perguntando por que razão este tema não faz parte de nenhum dos painéis do Congresso Municipal de Educação.-----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que felicitou a Câmara pela edição do Guia do Município elaborado pelo Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, considerando ser uma peça fundamental no relacionamento entre os cidadãos e a Câmara

--- Alertou para a degradação do pavimento nas ruas do Centro Histórico, nomeadamente os que são de paralelos, em virtude do tipo de máquinas que são utilizadas na limpeza dos mesmos, deixando as juntas completamente desguarnecidas causando grandes incómodos na circulação, quer pedonal quer automóvel, destas artérias. -----

--- Usou novamente da palavra o senhor **Luís Almeida** para referir que a sua anterior intervenção foi produzida com base na ausência de resposta aos requerimentos. Contudo, durante a sessão foram entregues alguns esclarecimentos pelo Executivo. Apresentou meias desculpas pelas afirmações proferidas dado que até agora ainda não obteve qualquer resposta aos seus requerimentos.-----

--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** informou que hoje foram entregues respostas a cinco pedidos de esclarecimentos no seguimento das diligências que realizou. Adiantou que irá fazer um ponto de situação relativamente aos pedidos em falta no sentido dos mesmos serem objecto de resposta.-----

--- Referiu que não foi eleito com os votos da bancada do PS, no entanto, tem feito tudo para tratar de forma igual todos os eleitos deste órgão. -----

--- Quanto ao CNEMA disse que ainda não decorreram os noventa dias, acrescentando que tem mantido contactos com o senhor Presidente da Câmara no sentido de ser agendada a primeira reunião com o CNEMA. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Luís Almeida** para afirmar que efectivamente os noventa



dias já foram ultrapassados, lembrando que a Comissão ainda não foi constituída. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** considerou que não cabe ao presidente da Assembleia liderar este processo. Este assunto compete ao senhor Presidente da Câmara que poderá dar algumas explicações sobre o mesmo. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por se referir ao Congresso Municipal de Educação considerando que a educação tem de estar na base de um país moderno, competitivo, culto e competente, convidando todos os eleitos a estarem presentes no referido congresso. -----

--- Esclareceu que a questão relativa à transferência de pessoal não docente do Ministério de Educação para as Câmara não está incluída em nenhum painel do Congresso porque aquando da aprovação da Lei o respectivo programa já estava elaborado.-----

--- Acrescentou que o grande problema não é a transferência deste pessoal, cujas contas são fáceis de fazer, mas sim a manutenção do parque escolar, sublinhando o esforço que o Município tem feito na climatização das escolas e na criação de espaços para as crianças poderem brincar.-----

--- Informou que o programa respeitante à homenagem a José Niza, no âmbito das comemorações do Vinte e Cinco de Abril, já se encontra definido, adiantando que ele será o herói das comemorações deste ano.-----

--- Quanto à homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão referiu que está a ser preparada conjuntamente com a Associação Portuguesa do Património que está a liderar a referida homenagem. -----

--- Referiu que logo no início do mandato solicitou ao Director do Departamento de Cultura a elaboração do regulamento das distinções honoríficas, o qual até agora ainda não o apresentou.-----

--- Relativamente ao Alviela considerou que os jornais dão o ênfase que entendem às questões, esclarecendo que o documento apresentado na conferência de imprensa diz respeito a um estudo que permite identificar quais as fontes poluidoras da bacia hidrográfica do Alviela, para além das que já eram conhecidas provenientes da ETAR de

Alcanena, de modo a que se possa ter uma discussão séria com o Governo sobre esta matéria. -----

---No tocante à segurança no distrito de Santarém, lamentou que estas questões sejam abordadas com alguma ligeireza, por pessoas com responsabilidades que vão muito para além das de membro da Assembleia, salientando que Santarém tem cerca de vinte efectivos a menos e que dos catorze polícias prometidos com o encerramento da Esquadra da PSP de Fátima apenas vieram três para Santarém. Acrescentou que a GNR que controla a segurança nas freguesias rurais também se debate com a falta de meios humanos. -----

---Quanto aos projectos que estão na CULT disse que esta entidade continua sem perceber a falta de razão que sempre teve neste processo, referindo que no próximo dia sete de Março irá haver uma reunião para abordar esta questão. -----

---Prosseguiu, tecendo algumas considerações relativamente aos comunicados do PCP sobre a empresa “Águas de Santarém” criticando a atitude deste partido quanto a este processo. Salientou que o Presidente do STAL ficou agradado pela forma como os trabalhadores são tratados pela Câmara. Sublinhou que espera poder apresentar durante o mês de Maio próximo o Plano Plurianual de Investimentos da empresa “Águas de Santarém”, destacando que as obras de saneamento irão prosseguir dentro da normalidade. -----

---Concluiu, referindo que a verba de oito milhões de euros proveniente da antecipação de receitas da EDP se destina apenas a pagar as dívidas a fornecedores da Câmara, adiantando que, pelo menos, até meados do ano de dois mil e seis ficarão todas liquidadas. -----

---Interveio novamente a senhora **Ana Marta Rodrigues** para referir que gostaria de ser esclarecida sobre as condições de funcionamento das ETARs do concelho e se estas cumprem a legislação em vigor quanto às descargas para o domínio hídrico. -----

---Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que as ETARs do concelho estão todas em fim de prazo, quando é necessário fazer uma reparação dos

equipamentos as peças têm de ser feitas artesanalmente, pelo que é necessário proceder à sua substituição, quer em termos de software, quer em termos de hardware.-----

--- Por último, foi dada a palavra ao senhor **Luís Almeida** que salientou que o PS sempre teve grandes preocupações ao nível ambiental mandando construir as ETARs há mais de trinta anos.-----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.**-----

--- Foi dada a palavra à senhora **Ana Marta Rodrigues** que se referiu às instalações de apoio à vítima, licenciamento e levantamento do edifício principal concluído (segundo refere o relatório), perguntando se estas dizem respeito ao Gabinete de Apoio à Vítima, na Rua Primeiro de Dezembro, onde também funcionam o Gabinete de Apoio às Minorias Étnicas, o Gabinete de Psicologia de Apoio à Criança e ao Adolescente e ainda a Associação de Hipertensos, ou trata-se, por outro lado, de uma nova casa de abrigo temporário para vítimas. -----

--- Interveio a seguir a senhora **Dunia Palma** que perguntou qual a finalidade da recuperação da antiga Escola EB de D. Fernando, em Achete.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, que solicitou esclarecimentos sobre a elaboração do Plano Director Municipal, nomeadamente se as juntas não são convidadas a se pronunciarem sobre este assunto. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu em relação às instalações do Gabinete de Apoio à Vítima tratar-se da construção de um Centro de Apoio à Vítima em D. Belida que tem tido o patrocínio do Padre Casqueiro. --

--- Informou que a recuperação da antiga Escola EB em D. Fernando, prende-se com um programa de entrega destes edifícios a associações cívicas que visem o aprofundamento

da cidadania. -----

---No tocante ao Plano Director Municipal esclareceu que a Câmara está a tentar resolver algumas questões relacionadas com os perímetros urbanos de modo que, aquando da publicação do PROT, o PDM possa ser enquadrado dentro das normas deste diploma. -----

---Dada a ausência de mais intervenções neste ponto, o qual não carece de votação, prosseguiu-se com o **PONTO DOIS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EQUIVALÊNCIA DE TAXAS PREVISTAS NO ACTUAL REGULAMENTO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE TAXAS E COMPENSAÇÕES – LEI NÚMERO SESSENTA/DOIS MIL E SETE, DE QUATRO DE SETEMBRO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Na sequência da deliberação camarária de onze de Fevereiro de dois mil e oito, e nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, cabe-me propor à Exma. Assembleia, para apreciação e votação, a equivalência dos anteriores pedidos de autorização à nova designação de comunicação prévia para cobrança de taxas previstas no actual Regulamento da Urbanização e Edificação e de Liquidação de Taxas e Compensações”.-----

---Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Equivalência de Taxas Previstas no Actual Regulamento da Urbanização e Edificação e de Liquidação de Taxas e Compensações – Lei número sessenta/dois mil e sete, de quatro de Setembro**, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

---O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou, dado existir consenso relativamente aos nomes indicados para as substituições previstas nos Pontos Três e Quatro, que fosse

dispensado o escrutínio por voto secreto, tendo o plenário concordado. -----

**--- TRÊS--DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PSD NA COMISSÃO DE TOPONÍMIA, EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA MARIA HELENA GASPAR DA FONSECA.**-----

--- Pela Bancada do PSD foi presente uma proposta indicando o nome da senhora Maria Helena Domingues Ferreira Stoffel Lemos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta em epígrafe, tendo sido a senhora Maria Helena Stoffel Lemos **eleita por unanimidade.** -----

**--- QUATRO--DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTARÉM, EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA ANA CRISTINA SARAMAGO, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTIGO DEZASSETE, DA LEI CENTO E QUARENTA E SETE/NOVENTA E NOVE, DE UM DE SETEMBRO.** -----

--- Pela bancada do PSD foi apresentada uma proposta indicando o nome da senhora Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta acima indicada, tendo sido a senhora Maria Alecta Ferreira **eleita por unanimidade.** -----

**--- PONTO CINCO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**----

--- Usou da palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** que apresentou a seguinte **Moção/Recomendação:** -----

--- “O Rio Maior, que nasce no concelho vizinho e, depois de atravessar o concelho de Santarém e as suas freguesias de Almoester e da Póvoa da Isenta, desagua no Rio Tejo, está identificado como um dos rios nacionais que mais sofre com a poluição adveniente de explorações pecuárias existentes ao longo de todo o seu curso; -----

--- Quando o Rio Maior entra no concelho de Santarém já transporta uma elevada carga de poluentes orgânicos que, contudo, consegue ser ainda mais agravada na passagem

pelas freguesias de Santarém antes de entroncar (já com a designação de *Vala da Asseca*) na Vala da Azambuja onde finalmente encontrará o Tejo; -----

--- Na Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada pelo Governo no início de dois mil e sete, é patente que: -----

--- ➤ a maior parte dos efectivos de suínos encontram-se na região do Ribatejo e Oeste (e dentro desta, Rio Maior e Santarém estão entre os sete concelhos com maior concentração de efectivos); -----

--- ➤ trinta e nove por cento do efectivo do avícola encontra-se na mesma região (encontrando-se mais uma vez Rio Maior e Santarém nos lugares cimeiros); -----

--- ➤ a bovinicultura é responsável por cinquenta por cento da carga orgânica e por cinquenta e oito por cento da carga de azoto dos totais da poluição agro-pecuária; -----

--- ➤ a suinicultura é responsável por quarenta e dois por cento e a avicultura por trinta e seis por cento do total da carga de fósforo; -----

--- ➤ o concelho de Santarém foi identificado, sozinho, de per si, um núcleo de acção prioritária em termos da bovinicultura; -----

--- ➤ os concelhos de Santarém, Rio Maior, Cartaxo e Azambuja, em conjunto, constituem núcleos de intervenção prioritária quer a nível de suinicultura, quer a nível de avicultura; -----

--- ➤ só nas freguesias de Póvoa da Isenta e de Almoster existem pelo menos dez suiniculturas e quatro vacarias das quais, a quase totalidade, tem dado origem a problemas graves de poluição, afectando o meio ambiente, solos e meio hídrico e a qualidade de vida das populações; -----

--- ➤ esta situação, que se foi instalando ao longo dos anos, com deficiente fiscalização, com facilitismo no licenciamento dessa actividade e com muita negligência e alguma inconsciência da parte de alguns empresários, tem motivado queixas frequentes e abaixo-assinados das populações denunciando e exigindo medidas que ponham cobro à poluição da bacia do Rio Maior, designadamente poluição atmosférica importando maus cheiros, contaminação de solos agrícolas e florestais circundantes acarretando a morte de culturas,

de árvores e outra vegetação, contaminação de lençóis freáticos e morte do rio enquanto ecossistema e fonte de lazer e riqueza roubada às gentes ribeirinhas; -----

--- ➤ algumas das pecuárias encontram-se instaladas em plena malha urbana, a poucos metros das habitações, representando não só um atentado à qualidade de vida de quem ali vive como uma ameaça à própria saúde pública; -----

--- ➤ a generalidade das pecuárias descarrega para as lagoas, na maior parte dos casos sem qualquer impermeabilização e sem preparação de lamas dos efluentes (apresentando os respectivos equipamentos mau estado de conservação aparentando estar fora de serviço) resultando, no final e em geral, um efluente, rejeitado para o meio ambiente (linhas de água) em condições francamente preocupantes apresentando uma consistência, cor e cheiro que denotam a existência de uma elevada carga poluente orgânica; -----

--- ➤ a ENEAPAI, aprovada há um ano, recomendava a curto prazo, a sua divulgação junto dos produtores, municípios e ONG's bem como a identificação e o desenvolvimento de projectos em regiões inseridas nos núcleos de acção prioritária, acções que tardam a ser efectuadas; -----

--- ➤ urge fazer um aproveitamento de verbas, designadamente comunitária, que possam ser canalizadas para realizar o investimento necessário agregando, por exemplo, as explorações em sistemas colectivos, possibilitando o tratamento adequado desses efluentes, e ao mesmo tempo o eventual aproveitamento energético do biogás; -----

--- ➤ é fundamental, para uma resolução o mais breve possível do problema, que se comece o quanto antes a agir, com fiscalização apertada e firme simultaneamente com um diálogo construtivo, envolvendo todas as partes, no sentido de exigir respeito pela legalidade, pelo ambiente e pelos direitos das populações, de sensibilizar os proprietários das pecuárias e de pressionar o Governo para a urgência das medidas a tomar. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, sob proposta dos eleitos da CDU delibera: ----

--- Um-Exigir o fim dos atentados ambientais cometidos à bacia do Rio Maior e às populações afectadas pelas instalações pecuárias e início de um processo de despoluição desta linha de água; -----

--- Dois--Recomendar à Câmara Municipal de Santarém que actue de forma rigorosa e firme na vertente de fiscalização e licenciamento desta actividade e que estabeleça um Plano de Intervenção para a resolução do problema dos efluentes agro-pecuários e agro-industriais no concelho de Santarém, designadamente ao longo da bacia do Rio Maior, contendo medidas a serem desenvolvidas pelo Município, dentro das suas competências e responsabilidades, designadamente: -----

--- a) Sensibilizando os proprietários das instalações pecuárias para a insustentabilidade ambiental, social e legal da actual situação e a necessidade de realizar investimentos na criação de sistemas de tratamento eficiente dos efluentes e matéria orgânica produzida;--

--- b) Exigir ao Governo, através dos serviços desconcentrados do Ministério do Ambiente e da Agricultura, uma eficiente fiscalização e firme actuação das situações de incumprimento e o pronto início no concelho das acções de curto prazo, previstas na ENEAPAI, e que já deviam estar no terreno;-----

--- Santarém, vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito.”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção/Recomendação acima transcrita, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro e Cinco**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de



lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----